



Grupo Herval

HS Financeira S/A
Crédito, Financiamento e Investimentos
- Conglomerado Prudencial

Demonstrações financeiras consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2021 e 2020





Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	3
Balanço patrimonial consolidado	6
Demonstração do resultado consolidado	8
Demonstração do resultado abrangente consolidado	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidado	10
Demonstração dos fluxos de caixa consolidado - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
HS Financeira S/A Crédito,
Financiamento e Investimentos

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas", que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN.



HS Financeira S/A Crédito,
Financiamento e Investimentos

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, sem modificações em 27 de agosto de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 - "Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas" às referidas demonstrações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



HS Financeira S/A Crédito,
Financiamento e Investimentos

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6


















Balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante		241.699	235.956
Disponibilidades	4	1.110	1.304
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	34.429	56.033
Títulos e valores mobiliários	4 e 6	100.206	81.214
Operações de crédito		70.035	68.212
Operações de crédito setor privado	7	80.851	81.592
Provisão p/ oper. Créd. liquid. duvidosa	7	(10.816)	(13.380)
Outros créditos		34.896	28.553
Adiantamentos diversos	8	6.350	6.384
Impostos e contr. a compensar	9	7.492	7.214
Títulos e créditos a receber	7	20.018	13.652
Provisão p/ outros créditos	7	(271)	(270)
Devedores diversos		1.307	1.573
Outros valores e bens		1.023	640
Despesas antecipadas		1.023	640
Realizável a longo prazo		40.699	29.907
Títulos e valores mobiliários_arlp	6	8.564	8.112
Operações de crédito		4.670	4.454
Operações de crédito setor privado lp	7	5.351	5.033
Provisão p/ oper. créd. liquid. duvidosa LP	7	(681)	(579)
Outros créditos		27.465	17.341
Títulos e créditos a receber LP	7	15.445	6.525
Provisão para outros créditos lp	7	(161)	(33)
Devedores diversos lp		-	-
Devedores p/ depósito garantia		23	-
Recursos pendentes de recebimento - Administradora	10	7.235	6.496
Ativo fiscal diferido LP	25.2	4.923	4.353
Permanente		1.737	1.696
Investimento		2	2
Outros investimentos		2	2
Imobilizado de uso	11	995	985
Imobilizações de uso		2.325	2.209
Depreciações acumuladas		(1.330)	(1.224)
Intangível	11	740	709
Intangível		1.111	987
Amortização acumulada		(371)	(278)
Total do ativo não circulante		42.436	31.603
Total do ativo		284.135	267.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Grupo Herval



Balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante		54.612	52.503
Depósitos		-	-
Depósitos		-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	9.835	4.918
Recursos de aceites cambiais		9.835	4.918
Outras obrigações		44.777	47.585
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		114	-
Sociais e estatutárias		344	344
Fiscais e previdenciárias	13	7.236	4.383
Comissões a pagar	14	11.934	10.743
Diversas	15	25.149	32.115
Exigível a longo prazo		41.125	44.125
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	32.713	36.747
Recursos de aceites cambiais lp		32.713	36.747
Outras obrigações		8.412	7.378
Provisão de contingências	16	1.088	793
Recursos pendentes de recebimento - Administradora	10	7.235	6.496
Diversas LP	15	89	89
Rendas antecipadas		-	-
Resultados de exercícios futuros		1.467	1.667
Rendas antecipadas	19	1.467	1.667
Patrimônio líquido	20	186.931	169.264
Capital social	20.1	67.000	67.000
De domiciliados no País		67.000	67.000
Reservas de lucros	20.2	10.490	7.886
Reserva legal		619	395
Reservas especiais de lucro		1.063	1.873
Reservas estatutárias		8.808	5.618
Participação de não controladores	20.4	109.441	94.378
Total do passivo e patrimônio líquido		284.135	267.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Herval

Grupo Herval



uultis

Herval
storeuultis
storeHerval
outletLOJAS
taQi
Tá em casa.™

iPlace

ht
solutions

Demonstrações do resultado consolidado

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Notas	2021 1º semestre	2020 1º semestre
Receitas da intermediação financeira		22.707	18.476
Operações de crédito	21	20.953	15.729
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez		685	1.471
Resultado de TVM		1.069	1.276
Despesas da intermediação financeira		(7.043)	(11.382)
Operações de captação no mercado		(750)	(1.167)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.5	(6.293)	(10.215)
Resultado bruto da intermediação financeira		15.664	7.094
Outras receitas (despesas) operacionais		13.007	9.551
Rendas de prestação de serviços	22	2.956	762
Rendas taxas administrativas de consórcios	22	123.224	66.287
Despesas de pessoal		(12.736)	(10.711)
Outras despesas administrativas	23	(18.302)	(12.899)
Despesas tributárias		(15.196)	(8.369)
Despesas depreciação e amortização		(259)	(236)
Outras receitas e (despesas) operacionais	24	(66.680)	(25.283)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		28.671	16.645
Imposto de renda e contribuição social	25.1	(9.131)	(8.152)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(9.701)	(6.458)
Imposto de renda e contribuição social diferido		570	(1.694)
Lucro líquido do semestre		19.540	8.493
Resultado atribuído aos			
Controladores		4.477	(4.204)
Não controladores		15.063	12.697
		19.540	8.493
Juros sobre capital próprio	10	-	-
Quantidade de ações		67.000	67.000
Lucro líquido por ação R\$		0,29	0,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Demonstrações do resultado abrangente consolidado
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
	1º semestre	1º semestre
Lucro líquido do semestre	19.540	8.493
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total resultado abrangente do semestre líquido de impostos	19.540	8.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido consolidado
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas especiais de lucro	Reservas estatutárias	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		67.000	597	2.835	8.502	-	78.934	85.737	164.671
Resultado líquido do semestre		-	-	-	-	(4.204)	(4.204)	12.697	8.493
Destinação									
Reserva Legal		-	(211)	-	211	-	-	-	-
Dividendos propostos não distribuído		-	-	(998)	998	-	-	-	-
Dividendos	17	-	-	-	-	-	-	(10.081)	(10.081)
Absorção de prejuízo acumulado		-	-	-	(4.204)	4.204	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2020		67.000	386	1.837	5.507	-	74.730	88.353	163.083
Mutações do período		-	(211)	(998)	(2.995)	-	(4.204)	2.616	(1.588)
								-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		67.000	395	1.873	5.618	-	74.886	94.378	169.264
Resultado líquido do semestre		-	-	-	-	4.477	4.477	15.063	19.540
Destinação									
Reserva Legal		-	224	-	-	(224)	-	-	-
Dividendos	17	-	-	(1.873)	-	-	(1.873)	-	(1.873)
Dividendos propostos não distribuído		-	-	1.063	-	(1.063)	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	3.190	(3.190)	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021		67.000	619	1.063	8.808	-	77.490	109.441	186.931
Mutações do período		-	224	(810)	3.190	-	2.604	15.063	17.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Herval

Grupo Herval



Demonstração dos fluxos de caixa consolidado - Método indireto Semestre findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020
	1º semestre	1º semestre
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do semestre	19.540	8.493
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciação e amortização	259	236
Despesas para crédito de liquidação duvidosa	6.293	10.215
Resultado na venda de bens	(13)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9.701	6.458
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(570)	1.694
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	295	138
Lucro líquido ajustado	35.505	27.234
Variações nos ativos e passivos	(37.706)	(7.076)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(452)	(697)
Operações de créditos	(23.489)	14.083
Despesas antecipadas	(383)	(789)
Outros créditos	(740)	(8.251)
Aplicações interfinanceiras	(1.555)	13.117
Recursos e aceites cambiais	883	(23.641)
Outras obrigações	(3.787)	3.163
Resultados de exercícios futuros	(200)	1.867
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.983)	(5.928)
Caixa proveniente das atividades operacionais	(2.201)	20.158
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo permanente	(301)	(114)
Baixas de ativo permanente	1	-
Recebimento pela venda de ativo permanente	13	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(287)	(114)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(1.873)	(10.081)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.873)	(10.081)
Variação caixa e equivalentes de caixa	(4.361)	9.963
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	117.480	100.049
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	113.119	110.012
Variação caixa e equivalentes de caixa	(4.361)	9.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") com sede em Dois Irmãos, R/S, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos.

A HS Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), com sede em Dois Irmãos/RS, tem como objeto social a prestação de serviços na formação, na organização e na administração de grupos de consórcios de bens móveis duráveis, imóveis e serviços.

Conglomerado Prudencial ("Instituição"):

O conglomerado encontra-se registrado no Unacad com a seguinte composição:

- HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos - líder
- HS Administradora de Consórcios Ltda. - participante

Para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Financeira e a Administradora são denominadas em conjunto de "Instituição".

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial (Consolidado Prudencial ou Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e em conformidade com a Resolução CMN nº 4280, de 31 de outubro de 2013 e Circular Bacen nº 3.701, de 13 de março de 2014, que requer a consolidação de entidades financeiras. Foram consolidadas as empresas HS Financeira S/A Crédito, Financiamentos e Investimentos e a HS Administradora de Consórcio Ltda.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2021. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial a Financeira como entidade líder consolidou suas demonstrações financeiras com a Administradora, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas.

Em 31 de dezembro de 2020	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	Lucro líquido do semestre
HS Administradora de Consórcios Ltda	112.124	32.835	94.378	127.213	12.697
HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento	155.435	63.793	74.886	140.346	(4.204)
Consolidado	267.559	96.628	169.264	267.559	8.493



<u>Em 30 de junho de 2021</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</u>	<u>Lucro líquido do ajustado</u>
HS Administradora de Consórcios Ltda	132.741	38.555	109.441	147.996	15.063
HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento	<u>151.394</u>	<u>57.182</u>	<u>77.490</u>	<u>136.139</u>	<u>4.477</u>
Consolidado	<u>284.135</u>	<u>95.737</u>	<u>186.931</u>	<u>284.135</u>	<u>19.540</u>

A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de agosto de 2021.

3 Resumo das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas, destacamos:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e investimentos em títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata, indiferente do prazo final de vencimento contratado.

3.3 Aplicações financeiras de liquidez

São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

3.4 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

3.4.1 Títulos para negociação

Adquiridos com a intenção de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.

3.4.2 Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzido dos efeitos tributários.

3.4.3 Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.



3.5 Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas depois de seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito conforme demonstrado na Nota 6.

3.6 Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos.

3.7 Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica fixadas por espécie de bens.

3.8 Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

3.9 Tributação

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Impostos	Base incidência	Alíquotas
HS Financeira S/A - C.F.I.		
Imposto de Renda - IRPJ	Lucro Real	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Lucro Real	15%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Receita	4%
PIS/PASEP	Receita	0,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Prestação de serviços	5%
HS Administradora de Consórcios Ltda		
Imposto de Renda - IRPJ	Lucro Real	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Lucro Real	9%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Receita	3% e 7,6%
PIS/PASEP	Receita	0,65% e 1,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Prestação de serviços	2% e 5%



3.10 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social corrente

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 quando semestral), e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, para o semestre findo em 30 de junho de 2020 é calculada considerando a alíquota de 15%, conforme MP nº 675, convertida na Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, para o semestre findo em 30 de junho de 2020 a alíquota usada é de 20%.

Para a Administradora, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3.11 Provisão para o imposto de renda e a contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os valores apresentados referem-se à provisão de 25% de imposto de renda e 15% de contribuição social.

3.12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e Pronunciamento Técnico CPC 25:

3.12.1.1 Ativos contingentes

São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

3.12.1.2 Passivos contingentes

São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Instituição reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente, de:

Processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis e trabalhistas são classificadas como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer a instâncias superiores e a experiência histórica. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o "valor do risco de perda" possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

3.13 Rendas de taxas administrativas de consórcios

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, conforme art. 8º, §2º, da Circular nº 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pelas quais as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.



3.14 Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição revisa as estimativas e premissas periodicamente.

3.15 Resultado recorrente e não recorrente

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. Durante o período de divulgação, não foram identificados os eventos não recorrentes.

4 Caixas e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
CDB	90.520	72.001
Depósito Interbancário	11.803	34.962
Fundo de investimento em cotas de Fundo de Investimento	9.686	9.213
Disponibilidades	1.110	1.304
Total	113.119	117.480

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Instituição	Vencimento	30/06/2021	31/12/2020
Operações Compromissadas / Posição Bancada			
Depósito Interbancário	Até 30 dias	11.803	34.962
Depósito Interbancário	Até 01 ano	22.626	21.071
TOTAL		34.429	56.033

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020, não havia posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6 Títulos e valores mobiliários

Administradora	30/06/2021				
	Sem vencimento	A vencer entre 1 e 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado
Fundos de investimento (ii)	9.686	-	-	9.686	9.686
CDB pós-fixado	-	17.175	62.195	79.370	79.370
CDB automático	-	-	19.714	19.714	19.714
Total	9.686	17.175	81.909	108.770	108.770
Circulante	1.122	17.175	81.909	100.206	100.206
Realizável LP	8.564	-	-	8.564	8.564

- (i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.
- (ii) As aplicações em letras de câmbio são valorizadas pelo rendimento mensal do papel aplicado, e as quotas de fundos de investimento estão valorizadas pelo valor da quota divulgado pelo administrador do respectivo fundo na data do balanço, indexados ao CDI.



- (iii) Nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Administração reavaliou as possibilidades de utilização de recursos financeiros de curto prazo, optando em manter classificado em ativo circulante o caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 81.909, em função dos recursos possuírem liquidez imediata, indiferente do prazo final de vencimento contratado.

7 Operações de crédito e títulos e créditos a receber

A composição da carteira de operações de crédito e títulos e créditos a receber por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

7.1 Composição das operações de crédito e títulos e créditos a receber por modalidade

Operações de Crédito	30/06/2021	31/12/2020
Financiamentos	53.739	55.845
Outros créditos com características de concessão de crédito	35.464	20.177
Empréstimos	19.745	15.808
Antecipação de recebíveis	12.717	14.972
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - créditos	(11.497)	(13.959)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	(432)	(303)
TOTAL	109.736	92.540

7.2 Concentração dos maiores tomadores de crédito

	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Concentração das operações de crédito				
10 maiores devedores	13.559	11,14	15.539	14,55
50 seguintes maiores devedores	4.488	3,69	4.851	4,54
100 seguintes maiores devedores	1.917	1,58	1.855	1,74
Demais devedores	101.701	83,59	84.557	79,17
Total	121.665	100,00	106.802	100,00

7.3 Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

Vencimento	Empréstimos	Títulos descontados	Financiamentos	Outros	30/06/2021	31/12/2020
Carteira de crédito						
Vencidos	5.563	-	5.413	-	10.976	12.132
A vencer						
Até 3 meses	5.152	12.683	20.827	9.164	47.826	48.291
De 3 a 12 meses	7.112	34	24.067	10.854	42.067	34.821
De 1 a 3 anos	1.883	-	3.432	15.446	20.761	11.557
Após 3 anos	35	-	-	-	35	1
Total da carteira	19.745	12.717	53.739	35.464	121.665	106.802
Circulante	17.827	12.717	50.307	20.018	100.869	95.244
Realizável a longo prazo	1.918	-	3.432	15.446	20.796	11.558



7.4 Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do Bacen.

Níveis	30/06/2021			31/12/2020		
	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito
AA	-	-	-	-	-	-
A	12.717	85.364	490	14.973	71.326	431
B	-	3.803	38	14	2.336	24
C	-	3.141	94	-	1.613	48
D	-	2.420	242	-	1.189	119
E	-	2.270	681	-	1.053	316
F	3	2.158	1.080	9	1.307	658
G	-	1.621	1.135	-	1.054	738
H	1	8.167	8.169	9	11.919	11.928
Total	12.721	108.944	11.929	15.005	91.797	14.262

7.5 Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	14.263	22.131
Créditos baixados contra prejuízo	(8.627)	(14.460)
Constituição/reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.293	10.215
Saldo final	11.929	17.886

As operações baixadas para prejuízo no semestre findo em 30 de junho de 2021 montam a R\$ 8.627 mil (R\$ 14.460 mil em 31 de dezembro de 2020).

No semestre findo em 30 de junho de 2021, foram constituídos créditos no montante de R\$ 6.293 mil (R\$ 10.215 em 31 de dezembro de 2020).

7.6 Composição da carteira de operações de crédito renegociadas, nos correspondentes níveis de risco e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis	30/06/2021			31/12/2020		
	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito
AA	-	-	-	-	-	-
A	-	16	-	-	39	-
B	-	23	-	-	11	-
C	-	42	1	-	88	3
D	-	391	39	-	349	35
E	-	483	145	-	466	140
F	-	443	221	-	654	327
G	-	409	287	-	563	394
H	-	4.301	4.301	9	3.679	3.697
Total	-	6.108	4.994	9	5.849	4.596



8 Adiantamento diversos

	30/06/2021	31/12/2020
Direitos por adiantamento a corretores	5.825	5.778
Outros adiantamentos	501	474
Direitos por adiantamento a colaboradores	24	132
Total	6.350	6.384

- (i) Direitos por adiantamento a corretores: é constituído por valores de adiantamento aos corretores da operação de consórcios;

9 Impostos e contribuições a compensar

	30/06/2021	31/12/2020
COFINS (i)	5.871	5.724
PIS (i)	1.255	1.143
Outros impostos	359	342
IRPJ	7	5
CSLL	-	-
Total	7.492	7.214

- (i) PIS e COFINS: crédito tributário constituído durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 no montante de R\$ 7.126, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração com base nas legislações vigentes (IN 1.911/2019; Lei 10.833/2003 e Lei 10.637/2002), conforme a documentação que suporta o crédito. Constituído em contra partida de resultado (rubrica outras receitas operacionais, nota 24, e variação monetária SELIC na rubrica de receitas financeiras), os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos federais.

10 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes do encerramento contábil dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, e as respectivas obrigações dos valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas no grupo "Obrigações por recursos de consorciados - Grupos encerrados".

Em 30 de junho de 2021, a Administradora possui recursos pendentes de recebimento no montante de R\$ 7.235 (R\$ 6.496 em 31 de dezembro de 2020).



11 Imobilizado e intangível

	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Veículos	Software	Software em andamento	Instalações	Total
Saldo em 31/12/2020							
Custo	442	594	1.192	726	261	2	3.217
Depreciação/amortização	(205)	(306)	(733)	(278)	-	(1)	(1.523)
Saldo contábil líquido	237	288	459	448	261	1	1.694
Em 2021							
Saldo inicial	237	288	459	448	261	1	1.694
Aquisições	65	113	-	123	-	-	301
Baixas	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Depreciação/amortização	(22)	(56)	(88)	(93)	-	-	(259)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	280	344	371	478	261	1	1.735
Saldo em 30/06/2021							
Custo	507	704	1.134	849	261	2	3.457
Depreciação/amortização	(227)	(360)	(763)	(371)	-	(1)	(1.722)
Saldo contábil líquido	280	344	371	478	261	1	1.735
Taxa anual depreciação/amortização	10%	20%	20%	20%	-	10%	



12 Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 100% a 115% do Certificado de depósito interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	30/06/2021	31/12/2020
A vencer até 3 meses	543	900
A vencer de 3 a 12 meses	9.292	4.018
A vencer de 1 a 3 anos	32.630	36.665
A vencer Acima de 03 anos	83	82
Total	42.548	41.665
Circulante	9.835	4.918
Exigível a longo prazo	32.713	36.747

13 Fiscais e previdenciárias

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e provisões sobre salário	2.839	1.899
IRPJ e CSLL	2.932	1.400
Pis e Cofins	843	571
ISSQN	479	391
Outros tributos	143	122
Total	7.236	4.383

14 Comissões a pagar

Refere-se ao saldo de comissões a pagar a corretores de consórcio, proveniente das vendas efetivadas, no montante de R\$ 11.934 em 30 de junho de 2021 (R\$ 10.743 em 31 de dezembro de 2020).

15 Outras obrigações diversas

	30/06/2021	31/12/2020
Diversas		
Credores diversos - país (i)	12.192	20.443
Recursos não procurados (iii)	7.964	7.573
Fornecedores diversos	2.293	1.705
Provisão para pagamentos a efetuar (ii)	1.125	1.125
Sociedades ligadas	1.208	971
Saldo remanescente de grupos a pagar (iv)	456	387
Total	25.238	32.204
Circulante	25.149	32.115
Exigível a longo prazo	89	89

- (i) Referem-se a valores a repassar para lojistas, seguradoras, tomadores de empréstimos e financiamentos.
- (ii) Referem-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados cujos consorciados não foram localizados.
- (iii) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar referem-se a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro, gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.
- (iv) Refere-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.



16 Provisão para contingências

A Instituição, no curso normal de suas operações, é parte em ações judiciais e processos administrativos sobre questões trabalhistas e cíveis. Com base nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais em andamento, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações, conforme demonstrado abaixo. Adicionalmente, existem outras ações as quais foram classificadas com probabilidade de perda possível nos montantes de R\$ 7.022 para o semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 2.305 em 31 de dezembro de 2020).

Em 30 de junho de 2021 as ações judiciais com perda provável atualizadas montam os valores de:

Natureza	30/06/2021	Provável 31/12/2020
Cíveis	637	718
Trabalhista	451	75
Tributário	-	-
Total	1.088	793

Movimentação da provisão para passivos contingentes:

	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	60	513	573
Adições/Atualizações	25	187	212
Reversões/Pagamentos	(10)	(64)	(74)
Saldo em 30/06/2020	75	636	711
Saldo em 30/06/2020	75	636	711
Adições/Atualizações	-	150	150
Reversões/Pagamentos	-	(68)	(68)
Saldo em 31/12/2020	75	718	793
Saldo em 31/12/2020	75	718	793
Adições/Atualizações	376	184	560
Reversões/Pagamentos	-	(265)	(265)
Saldo em 30/06/2021	451	637	1.088

17 Juros sobre o capital próprio e Dividendos

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e 2020 não foram destinados juros sobre o capital próprio.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, os dividendos distribuídos e pagos correspondem a R\$ 1.873 (R\$ 10.081 em 31 de dezembro de 2020), obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal.



18 Saldos e transações com partes relacionadas

	Ativos e (passivos)		Receitas e (despesas), líquidas	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos a Prazo	22.649	21.208	(288)	(576)
Herval Corretora de Seguros	2.257	2.226	(30)	(64)
Ligadas Pessoas Físicas	20.392	18.982	(258)	(512)
Devedores Diversos	503	538	16.040	29.023
Global Distrib. Bens Consumo	432	469	16.029	28.998
Sole Distribuidora de Bens de Consumo	2	1	-	-
Ligadas Pessoas Físicas	69	68	11	25
Credores Diversos	(3.439)	(11.187)	(462)	3.204
Sole Distribuidora de Bens de Consumo	(11)	-	-	-
Herval Indústria de Móveis	(4)	(6)	-	-
Global Distrib. Bens Consumo	(3.424)	(11.181)	(462)	3.204

18.1 Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal-chave da administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 549 e (R\$ 343 em 31 de dezembro de 2020).

19 Resultado de exercícios futuros

Corresponde ao valor de receitas diferidas de R\$ 1.467 em 30 de junho de 2021 (R\$ 1.667 em 31 de dezembro de 2020).

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital da Financeira em 30 de junho de 2021 é de R\$ 67.000 (R\$ 67.000 em 31 de dezembro de 2020), composto por 67.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

O capital da HS Administradora de Consórcios Ltda é R\$ 30.000 composto de 30.000.000 quotas, pertencentes inteiramente a quotistas domiciliados no País, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizado.

20.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

20.2.1 Reservas especiais de lucros

As reservas especiais de lucro são compostas pelos dividendos mínimos obrigatórios, constituídos à razão de 25% do lucro líquido apurado em cada exercício/semestre social, nos termos do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I art. 202 da Lei nº 6.404/76.

20.3 Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da instituição, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício/semestre.



HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos: O saldo total de reservas de lucros em 30 de junho de 2021 é de R\$ 10.489 (em 31 de dezembro de 2020 R\$ 7.885).

20.4 Participação de não controladores

Em 30 de junho de 2021 o valor de R\$ 109.441 (R\$ 94.378 em 2020), é equivalente o valor de patrimônio líquido da HS Administradora de Consórcios Ltda., empresa participante do conglomerado.

21 Receita de operações de crédito

	2021	2020
	1º semestre	1º semestre
Rendas de Financiamentos	10.538	8.479
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	4.923	1.556
Rendas Empréstimos Cartão de Crédito	2.705	4.790
Rendas de Títulos Descontados	445	471
Rendas de Empréstimos	2.342	433
Total	20.953	15.729

22 Receita de prestação de serviços

	2021	2020
	1º semestre	1º semestre
Rendas taxas de administração de consórcios	123.224	66.287
Anuidades cartão de crédito	668	34
Receita Intermediação de cartão	585	15
Rendas de outros serviços	494	334
Tarifa de confecção de Cadastro	488	12
Receita de Comissão Intermediação Cartão HS Card	412	61
Tarifa de Transferência Financeira	240	260
Rendas de Serviços Prioritários - PJ	42	25
Rendas de Serviços Prioritários - PF	16	3
Receita de Comissão Seguros	11	18
Total	126.180	67.049

23 Outras despesas administrativas

	2021	2020
	1º semestre	1º semestre
Despesa de processamento de dados	3.749	2.573
Despesa de serviços de terceiros	3.402	2.680
Despesa de cobrança	2.396	1.107
Outras despesas administrativas	2.015	1.136
Despesa de propaganda	1.733	1.459
Despesa de transportes e correios	1.201	767
Despesa de serviços técnicos especializados	1.046	401
Despesa de impostos, taxas e emolumentos	728	438
Despesa de serviços do sistema financeiro	882	468
Despesa com aluguel	529	484
Despesa de viagens e eventos	306	794
Despesa de comunicações	315	592
Total	18.302	12.899



24 Outras receitas e (despesas) operacionais

	2021	2020
	1º semestre	1º semestre
Receitas (despesas) tributárias (i)	4.210	8.082
Multas e juros recebidos	494	334
Outras receitas (despesas) operacionais	1.822	738
Comissões pagas a terceiros	(73.206)	(34.437)
Total	(66.680)	(25.283)

- (v) Crédito tributário de PIS e COFINS constituído durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, os quais foram mensurados considerando julgamentos e premissas da administração com base nas legislações vigentes (IN 1.911/2019; Lei 10.833/2003 e Lei 10.637/2002), conforme a documentação que suporta o crédito. Constituído em contra partida do ativo circulante (rubrica Impostos e contribuições a compensar, nota 9), os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos federais.

25 Imposto de renda e contribuição social

25.1 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrado abaixo:

	2021	2020
	1º semestre	1º semestre
Lucro antes dos impostos	28.671	16.645
Alíquota fiscal combinada	40%	45%
Base de cálculo	(11.468)	(7.490)
(Adições) exclusões		
Diferenças temporárias de provisões	1.390	(2.782)
Prejuízo fiscal	845	-
Perdas fiscais	(1.309)	-
Outras exclusões (adições)	(4)	(9)
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rouanet, outros)	48	45
Diferenças de alíquotas IR e CSLL de controlada	1.367	2.084
Antecipação de IR e CSLL		
IR e CS no resultado	(9.131)	(8.152)
Corrente	(9.701)	(6.458)
Diferido	570	(1.694)

25.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de junho de 2021, o ativo fiscal diferido é decorrente de provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para contingências demonstrados conforme abaixo:

Apuração	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	11.474	10.330
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.088	793
Base de cálculo	12.562	11.123
Alíquota fiscal IRPJ	3.141	2.781
Alíquota fiscal CSLL	1.782	1.572
Saldo ativo fiscal diferido	4.923	4.353



		30/06/2021		31/12/2020	
Base de cálculos IR e CS diferidos	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	11.474	11.474	10.330	10.330	
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	1.088	1.088	793	793	
Diferenças de alíquotas IR e CSLL de controlada	98	(680)	98	(480)	
Base de cálculo	12.660	11.882	11.221	10.643	
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%	
Saldo ativo fiscal diferido	3.141	1.782	2.781	1.572	

25.3 Realização do imposto diferido

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é que ocorra conforme abaixo:

	30/06/2021	31/12/2020
Em 2021	868	1.522
Em 2022	2.318	2.071
Em 2023	1.737	760
	4.923	4.353

26 Limite operacional (Acordo de Basileia)

Em 30 de junho de 2021, a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 33,22%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. A Financeira possui o capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução nº 2.697/99.

27 Gerenciamento do risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da HS Financeira possibilita que estes sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma ampla e independente. A estrutura é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. Abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

O processo de gerenciamento de riscos é suportado por políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas e o monitoramento é realizado através de relatórios e matrizes de controles operacionais apresentados a Diretoria e gestão com os planos de ação para tomadas de decisões estratégicas.

Risco Operacional: Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 a estrutura de gerenciamento de risco operacional analisa as relações entre causa, evento e efeito para identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos operacionais, de forma a auxiliar a Instituição no atingimento de seus objetivos, no cumprimento dos limites estabelecidos, leis e regulamentos, bem como no tratamento de eventuais desvios.

Risco de mercado: O processo de gerenciamento do risco de mercado da Instituição prevê a execução de ações de mensuração, monitoramento, reporte e controle do risco. A mensuração do risco de mercado é realizada por meio da metodologia Value at Risk (VaR) e de testes de estresse para determinar a sensibilidade do capital da Instituição frente a movimentos extremos do mercado.

Risco de crédito: As ferramentas utilizadas no gerenciamento do risco de crédito permitem a análise da qualidade da carteira de crédito da Instituição por meio de indicadores que consideram fatores como: concentração da carteira; inadimplência da carteira; monitoramento da provisão; acompanhamento da carteira por faixas de atraso; monitoramento de operações aprovadas em caráter de exceção; dentre outros.



Risco de liquidez: A HS Financeira gerencia o risco de liquidez através da sua identificação, mensuração e monitoramento, em um horizonte de tempo mínimo de 90 dias, a fim de mitigar a exposição da Instituição e antecipar eventuais desenquadramentos aos limites definidos na RAS.

28 Outras informações - Resumo das operações de consórcio

No que se refere aos grupos de consórcios, prestamos as seguintes informações, em unidades:

	30/06/2021	31/12/2020
Grupos administrados	202	188
Consorticiados ativos	156.328	130.184
Desistentes e excluídos	107.155	90.270
Inadimplentes	17.685	14.046
Bens entregues a consorticiados	24.071	22.731
Bens pendentes de entrega	6.917	5.896
Percentual de inadimplência	6,51%	6,10%

29 Outras divulgações

29.1 Impactos do COVID-19 nas operações da empresa HS Financeira - CFI

Apesar da longa coexistência com a pandemia, alguns efeitos começam a se diluir no convívio social e, por consequência, amenizando os reflexos nas unidades de negócios. Assim, a produção de CDC, junto ao Correspondente taQi, cresceu 19% em relação ao mesmo período do ano anterior e, por substituição de produto, o mesmo CDC não teve a mesma performance no Correspondente iPlace, isto é, apresentou uma acentuada queda. Na mesma linha de oferta de produtos para PF, o Cartão Hoje, estrategicamente para ajustes no produto, foi interrompido a sua comercialização, com retomada prevista para o segundo semestre; mas, por outro lado, o Crédito Pessoal (em todas as suas modalidades) apresentou um crescimento exponencial, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior e, de igual forma, a inadimplência teve queda significativa e a recuperação de créditos em prejuízo, por sua vez, apresentou ainda um bom desempenho, portanto, a combinação dessas variáveis, associada as ações de contenções de custos, amenizaram os efeitos da pandemia sobre os negócios da HS Financeira S/A, neste primeiro semestre de 2021.

29.2 Impactos do COVID-19 nas operações da empresa HS Administradora de Consórcios

A rápida e repentina propagação da epidemia do Covid-19 em 2020, gerou um cenário inesperado, com impactos em diversas atividades econômicas e sociedade em nível mundial.

A HS Administradora de Consórcios Ltda mantém suas atividades operacionais e administrativas, monitorando suas operações e consequentemente seus resultados, considerando possíveis impactos da pandemia.

A Instituição vem acompanhando os desdobramentos relacionados a pandemia da COVID-19, observando com a devida atenção as orientações das autoridades brasileiras e internacionais e vem adotando diversas medidas para preservação da saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros.

A Instituição, alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, segue com as medidas para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas administrativas que incluem: (a) trabalho em home office, principalmente para colaboradores do grupo de risco, (b) aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção do Covid-19, (c) conscientização do distanciamento social, (d) rigorosa higienização dos locais de trabalho e disponibilização de álcool gel nas suas dependências.

Apesar do momento atípico que está sendo enfrentado na saúde mundial, a Instituição não teve impactos significativos em sua operação, apresentando um sólido desempenho no primeiro semestre de 2021.



Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Instituição.

* * *